

Termelétrica não visa o DF, mas outros interesses

Vai e vem de tratativas de gasoduto em Brasília levanta suspeitas

Por Thamiris de Azevedo

Desde a semana passada, a possibilidade de uma Usina Termoelétrica (UTE) no Distrito Federal, cujo desenvolvimento vinha acontecendo na surdina, vem gerando polêmicas e debates na capital. A projeção é que ela seja instalada próxima ao Rio Melchior, em uma extensão que vai de Samambaia ao Recanto das Emas, a cerca de 50km da Praça dos Três Poderes.

Segundo o próprio site da Termo Norte, empresa responsável por desenvolver, projetar, implantar e operar o projeto da UTE, o complexo, se aprovada, será movido a gás natural com 1470 MW de potência, englobando a planta da usina, linha de transmissão, subestação interna e gasoduto. E a Termo Norte admite: não se trata de abastecer o Distrito Federal, mas “gerar e fornecer energia elétrica ao sistema interligado, notadamente do submercado Sudeste/Centro-Oeste”.

Mas Brasília precisa de uma termelétrica? Especialistas, secretários, distritais e outros envolvidos ouvidos pelo Correio da Manhã são unânimes: não são os brasilienses que receberão os benefícios do empreendimento. Não há benefício social, ambiental e o econômico para o DF, além da eventual geração de empregos. Como já informara o Correio, o próprio Estudo de Impacto Ambiental da usina elenca somente três pontos positivos e mais de 20 negativos.

A Coluna Magnavita desta quarta-feira (19) explica que desde os anos 50 o Planalto Central é contemplado com fornecimento de energia elétrica suficiente para a capital funcionar. Ou seja, a UTE aqui não seria por um déficit energético.

“Se jabuti não sobe em árvore, usina termoelétrica não brota no Cerrado brasileiro do nada”, provoca o diretor de redação do Correio da Manhã.

Danos irreversíveis

À reportagem, especialistas analisaram os documentos disponibilizados pela Termo Norte, inclusive quatro folhas disponíveis no site intitulado “perguntas frequentes”, e concluíram que, mesmo na tentativa de a empresa justificar a construção, os impactos negativos sobrepõem os positivos.

Embora o site da Termo Norte apresente 19 programas para mitigar os impactos negativos no meio ambiente e para a sociedade, os especialistas do instituto Arayara avaliam que o empreendimento não se justifica e não é a melhor opção.

O gerente de transição energética do Arayara, John Würdig, critica o documento que, segundo ele, ainda não responde ao maior dano que, para ele, é a duplicação de gases poluentes no Distrito Federal.

“Não tem como mitigar o dobro de gases que serão emitidos. Está no Acordo de Paris que até 2030 nós temos que reduzir os gases de efeito estufa, e não aumentar, principalmente neste ano de COP. O Rio Melchior também não tem capacidade para oferecer suprimento a essa vasão. Os danos são irreversíveis, e a possibilidade de crise hídrica não



Termelétricas produzem grande poluição, na atmosfera e nas águas



Traçado do Gasoduto Brasil Central

Gasoduto

O fornecimento de gás será feito através do gasoduto São Carlos – Brasília, a ser operado pela TGBC (Transportadora de Gás Brasil Central) e que se encontra em fase de licenciamento. A conexão da UTE com este gasoduto será realizada por um ramal com extensão de 200 metros.

Estudo de impacto ambiental confirma que abastecimento será pelo gasoduto

está no projeto. Os dados que eles utilizaram são de um estudo de 2012, não condiz com a atualidade”.

A deputada Paula Belmonte (Cidadania), que preside a Comissão de Inquérito Parlamentar do Rio Melchior, que apura a poluição em excesso das águas, destaca que com a novidade da UTE, será necessário avaliar tecnicamente os novos impactos ambientais “principalmente na poluição do rio e na qualidade de vida dos produtores rurais que estão lá”, afirma.

A reportagem tentou contato diversas vezes com a Termo Norte, mas não obteve resposta.

Gasoduto

Anton Schwyter, gerente de energia do instituto Arayara explica que no início da expansão das construções de UTE no Brasil, as instalações eram utilizadas “como uma espécie de

“seguro”. Ou seja, só eram acionadas em momentos de déficit de energia.

Todavia, aponta o especialista, as construções começaram a virar grandes negócios que envolvem uma cadeia de produção que gera grande quantidade de dinheiro. É aí que parece se esconder o real objetivo da termelétrica.

Para abastecer a usina, é necessária também a construção de um gasoduto. Este, previsto no projeto da empreitada, ligaria a cidade de São Carlos, em São Paulo, até Brasília.

“Além de todo o perigo ambiental, é muito mais caro construir uma termelétrica do que investir em meios de produção mais sustentáveis, e que são extremamente necessários nesse momento de crise climática. Não falo sobre destruir as UTE que já existem, mas que temos tecnologia suficiente para evitar novas construções

poluentes. Além disso, o que justifica um gasoduto de São Paulo até Brasília?”

Rei do Gás

Por trás da construção do gasoduto estaria o empresário Carlos Suarez, conhecido como “Rei do Gás”. Ele é sócio da empresa TGBC responsável pela construção do gasoduto da termelétrica em Brasília.

Claudio Magnavita também cita que Carlos Suarez é sócio da Termogás, detentora de 75% das ações da CEBGás de Brasília. Ao Correio, porém, a CEBGás negou qualquer envolvimento com as tratativas de gasoduto relativo à termelétrica em Brasília. A coluna aponta que com o gasoduto o valor de mercado da empresa dispara. Será a CEBGás de Suarez a grande beneficiada com o fornecimento de gás através de dutos para Brasília.



Manifestações contra a usina aumentam

Caso antigo

O curioso é que, em 2010, a mesma empresa TGBC apresentou o projeto “Brasil Central” para conseguir licitação para fazer um empreendimento de gasoduto exatamente ligando São Carlos a Brasília. A linha teria, no total, 905 km.

Segundo as informações no site da própria empresa, em 2013 a licença número 982 foi dada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível. A solicitação para autorizar a instalação foi enviada, mas o processo naquele momento não avançou.

Em 2019, novamente o tema é retomado. Inclusive, foi tratado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) no primeiro dia do 17º Fórum de Lideranças da América Latina. Reportagem da Agência Brasília indica que o investimento seria de US\$ 1 bilhão (o equivalente a R\$ 3,5 bilhões na época).

Em 2023, em entrevista ao Poder360, o presidente da Companhia de Energia Elétrica de Brasília (CEB), Edison Garcia, resgata o tema. Diz que, com a privatização da Eletrobrás o projeto era mais viável e demandaria R\$ 9 bilhões em investimento.

“Temos uma certa esperança e estamos animados com a hipótese de que esse processo venha a evoluir agora, com toda essa mudança da lei do gás, com toda uma reativação do setor e capacidade de financiamento desse gasoduto”, declarou para a repórter.

Agora, em 2025, novamente a história do gasoduto. Dessa vez, justificado pela termelétrica. O projeto de 905km de extensão de gasoduto trocou de nome, mas não de endereço.

GDF

O Governo do Distrito Federal afirma manter sua posição contrária à construção da termelétrica. O secretário do Meio Ambiente, Gutenberg Gomes, reafirmou ao Correio da Manhã que nenhum órgão ambiental do GDF participou de qualquer tratativa sobre a instalação da usina, que não se encaixaria no compromisso de busca de alternativas renováveis de energia e de redução das emissões de carbono.

Gutenberg diz ainda aguardar o posicionamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, a quem cabe autorizar ou não a usina. Ele destaca que já solicitou reunião com o presidente da Instituição, que ainda não foi confirmada.

Audiência Pública

Na próxima sexta-feira (21) está marcada audiência pública, presidida pelo deputado distrital Gabriel Magno (PT) para tratar sobre o tema.

“Essa usina causa grandes riscos ambientais e sociais, como poluição atmosférica, emissão de gases de efeito estufa, impactos aos corpos hídricos e até a remoção de uma escola rural que atende centenas de crianças. É hora de agir”, protesta.

Pixabay

TGBC

Instituto Arayara

Reprodução